

Acta nº.05

Aos **vinte e cinco** dias do mês de Abril, do ano de dois mil e seis, pelas 11h00, teve lugar, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a **Sessão Extraordinária** da Assembleia Municipal, de cuja convocatória, datada de três do mesmo mês, constava da Ordem de Trabalhos o seguinte:

Ponto Único – COMEMORAÇÃO DO 25 DE ABRIL

O **Presidente da Mesa, Jorge Gama** deu início aos trabalhos e, após saudação protocolar e o anúncio das **presenças** - estavam todos os membros presentes, registando-se a substituição do senhor presidente da junta de Verdoejo pelo elemento daquela autarquia de freguesia, **Fernando Joaquim Fernandes Lourenço**, registando-se também a presença dos vereadores **Joaquim Covas, Jorge Mendes, Tiago Alves e Aurélia Correia**.

Logo após, o **Presidente da Mesa**, tal como fora acordado em sede de Comissão Permanente, deu a palavra aos seguintes oradores:

Rui Marrucho, representante dos Presidentes de Junta de Freguesia, que, após saudação protocolar, disse: *“Estamos aqui para comemorar a Revolução de Abril de 1974, entendemos que esta data deve estar sempre presente na mente de todos nós. Há que relembrar os homens e mulheres, os democratas de esquerda e de direita que lutaram para que hoje, Portugal possa ser um País livre e democrático. Quero deixar aqui uma palavra de apreço e carinho aos Militares de Abril, que deram o passo decisivo para a transição democrático deste País.*

Em meu nome e em representação dos Presidentes de Junta deste Concelho, agradeço a oportunidade de poder dar aqui um grito de alerta, em nome do povo que directamente todos nós defendemos e representamos no dia a dia, com as dificuldades que são conhecidas de todos como necessárias e fundamentais de sustentabilidade da democracia.

As Juntas de Freguesia são um dos alicerces da democracia, no entanto são precisamente a estrutura mais desprezada de toda a classe Política. Talvez porque de um modo geral os alicerces da democracia estão a ser seriamente abalados. No entanto sem as Juntas de Freguesia o edifício da Democracia estará para sempre condenado ao desmoronamento. Passados trinta e dois anos já é tempo suficiente para que esses alicerces fossem mais cuidados para que Abril, seja cada vez mais Abril e as Juntas de Freguesia fossem vistas por mentes férteis de espírito e principio democrático.

Os que aceitam desempenhar as funções nas Juntas de Freguesia, tem pela frente uma tarefa árdua de estar de serviço vinte e quatro horas por dia dedicadas ao seu povo, como garante da liberdade, solidariedade e justiça. Entre o poder e o povo, é sempre a primeira porta aonde se vai bater, em momentos difíceis da vida e aí estamos nós presentes para tentar resolver os seus problemas fazendo de advogado, de padre, de médico e até de juiz de paz, sem nada recebermos a não ser ingratidão.

Fazemos tudo isto com a convicção de um dever cumprido em prol da dignidade humana, foi por isso que foi feita a Revolução de Abril e é por isso que estamos aqui a comemorar, para que esta data jamais seja esquecida. Temos que continuar a lutar, dia a dia, para que a nossa democracia seja cada vez mais real, para todos, actuante, dinâmica e empreendedora. Assim se cumpre Abril. Assim se cumpre Portugal. Viva Valença Viva Portugal.”

Armando de Carvalho, membro eleito pela CDU, que, após saudação protocolar, disse: *“A Paz, a Liberdade e o Progresso; o Pão, a Terra, a Habitação, a Saúde e a Educação. Foram estes os desígnios nacionais que trouxeram à rua os milhões de Portuguesas e Portugueses que, há 32 anos de lés a lés do País, fizeram questão de tornar bem explícito que se reconheciam como co-destinatários do projecto de Movimento das Forças Armadas, aclamando-o, e aos obreiros, com a força apaixonada própria dos Povos capazes de modelar os seu próprio Futuro.*

Nascia, assim, o Processo Revolucionário, produto lógico da união entre as motivações económico-sociais do Povo, oprimido e reprimido pela Ditadura fascista, e a consciência política dos nossos jovens, feitos carne - para - canhão numa guerra injusta, sem solução militar, emoldurada por um impune e criminoso cortejo de muitos milhares de mortos e estropiados no combate pelo bem estar de uma minoria responsável pelo atraso civilizacional endémico que o actual modelo de desenvolvimento – agora baseado numa pretensa alternância democrática – também se mostra incapaz de erradicar.

Ao fim de quase meio século de miserabilismo económico-financeiro e do correspondente isolamento social – interno e externo – contido num regime terrorista que não hesitou em matar e encerrar em campos de concentração e prisões aqueles patriotas que tiveram a coragem ideológica e o desprendimento pessoal imprescindível para denunciar a natureza totalitária do regime, a 24 de Abril de

1974 o Povo rasgava literalmente janelas de oportunidades para mudar os tempos e as vontades, impondo o fim da guerra colonial, da criminosa PIDE, do ridículo país do papel selado, em suma, devolvendo aos Portugueses a República que o “Estado Novo” usurpara, uma República Democrática devidamente regulada por uma Constituição avançada, sufragada por maioria absoluta nas Eleições Constituintes de 76.

Porém, a Paz, a Liberdade e o progresso, perdem a sua expressão plena, enquanto desígnios de Abril, se vistos à Luz do vergonhoso papel dos governos que envolveram Portugal na guerra dos Balcãs, do Afeganistão e do Iraque; que condecoraram inspectores da PIDE “por serviços prestados à pátria”, ao mesmo tempo que negavam uma simples pensão de sobrevivência à viúva do Capitão Salgueiro Maia; que não cortam radicalmente com a velha política dos “cordelinhos” na comunicação social, ou nas instâncias do poder soberano ligadas à justiça e à produção legislativa, e que para resolver os déficits estruturais – herdados e ampliados – não conseguem ir além da formulação de eventuais pseudo pactos de regime que outra coisa não visam que não seja, objectivamente, amputar a constituição a seu bel-prazer para retirar ao eleitorado a opção impreterível por uma verdadeira alternativa de esquerda, capaz de elevar Portugal aos mais altos patamares de desenvolvimento, através de uma democracia que além de política também é económica, assente na dignificação humana, no equilíbrio ambiental e num planeamento da produção gradualmente isento da megalomania industrialista que nos quer transformar a todos em autómatos.

Quanto ao Progresso, esse anseio de foi o motor de muito democrata no anterior regime – independentemente, até, das simpatias doutrinárias então possíveis – as mais das vezes, não passa, hoje, de mera propaganda cosmética cuja efemeridade o tempo logo se encarrega de desmascarar, ditando friamente o fim daquilo a que agora se convencionou chamar de “estado de graça” governativo. É que o ideal de Progresso não se compagina com a gritante limitação de ética política de que sofrem, cronicamente, os tradicionais partidos da área da alternância do poder, tristemente famosos por mentirem ao País em matéria de impostos e da contenção da despesa, de política externa, de ordenamento territorial, da gestão dos bens públicos, ou da Administração Local.

O fracasso a que estão inevitavelmente votadas as medidas – de fundo e sectorais – destinadas a organizar a produção e distribuição de riqueza nacional, evidente no drama quotidiano do fecho de postos de trabalho, da falta de emprego para a juventude e desempregados de longa duração, da falta de competitividade das PME, é, invariavelmente atribuído à “globalização” e à “Comunidade Europeia”, como se tais fenómenos fossem obra de alguma divindade castigadora e não, como comprovadamente são, na sua natureza, o erro doloso e a incompetência de gestão do ideário capitalista – seja ele liberal ou social democrata – ao serviço das geo-estratégias dos poderosos do planeta.

É urgente cumprir esse Abril que a Constituição da República ainda preserva. Porque atrás dos tempos vêm tempos, e outros tempos hão-de vir. Viva o 25 de Abril.”

Manuel Lopes, líder dos Grupo Municipal “Unidos pelas Freguesias”, após a saudação protocolar, disse: “O dia de hoje (25 de Abril), não me podia passar despercebido, ao cumprir-se mais um aniversário da dita Revolução dos Cravos.

Ao longo destes anos, e à medida que o tempo vai passando, aquilo que pareciam cravos, foi-se transformando e alternando com rosas, laranjas e rosas sucessivamente, e todas estas espécies com espinhos acutilantes, que agravam todos os dias, o dia a dia de todos os Portugueses, principalmente das classes mais desfavorecidas.

Também eu vivi o 25 de Abril, na altura com os meus 19 anos, idade em que não se pensa mas se sonha; também sonhei com uma nova realidade, mas o sonho durou pouco, e acordei com um trauma, uma realidade frustrante, tão diferente daquilo que pensava.

De uma revolução de glória, passou-se a um País desgovernado, onde a justiça não funciona a maioria dos políticos não governam – passeiam, gozam e divertem-se com o dinheiro do povo, onde o ladrão mata o polícia, onde o aluno bate no professor, onde o empregado não respeita o patrão e vice-versa, onde o poderio económico foge aos impostos, onde o doente necessitado não possui assistência médica hospitalar, onde a desigualdade de classes se acentua de cada vez mais e onde o povo, essa classe de trabalho e geradora de riqueza, clama todos os dias, para que os impostos não se agravem para dar sustento a uma clã burguesa, que na sua maioria está descridibilizada e mentirosa, que se chama – POLÍTCOS.

Políticos que após as eleições, esquecem o povo que os elegeu, e que honestamente todos os dias desconta uma boa parte da sua produtividade, e que nem sempre os seus impostos são correctamente aplicados, para os fins a que foram pré-destinados.

Seria injusto, se hoje aqui não recordasse, e não evocasse o nome de um verdadeiro homem do 25 de Abril, foi e é o Coronel Jaime Neves. Homem com uma personalidade muito forte, decidido, audaz, defensor acérrimo da jovem democracia, por vezes “atrevido”, um irreverente necessário, foi uma figura

ímpar da revolução e pós-revolução. Pós-revolução, porque se viveram dias conturbados, instáveis e confusos, em que o Regimento de Comandos, comandado por este homem, conseguiu sempre manter a ordem, e enraizar embora que debilmente a democracia que ainda hoje vigora. Partilhei com ele, nos Comandos, momentos alegres e momentos tristes e difíceis; mas tenho a certeza de que valeu a pena, e se não fosse esse grande homem, talvez hoje não houvesse democracia.

Há que encarar, suportar e lutar pela presente situação, realidade irreal, mas a história é fiel, não mente; e ensinou-nos que as revoluções também tem os seus ciclos, e que elas perduram entre 30 e 50 anos.

Vamos aguardar por uma nova revolução, por um novo 25 de Abril, mais justo, mais forte e mais igual para todos os Portugueses, uma revolução que venha fazer justiça.

Temos que trocar de POLÍTICA E DE POLÍTICOS.

A Bem da Nação, para bem de Portugal, viva o 25 de Abril ... NÃO DEMORES REVOLUÇÃO.”

Jorge Santos Silva, líder do Grupo Municipal do PSD, disse: “*Senhor Presidente da AM e dignísimos companheiros da Mesa constituída para esta Sessão, restantes membros da AM, Senhores Vereadores e demais assistentes*

Quebrando o Protocolo, peço o vosso perdão e a vossa paciência, mas hoje, aqui, resolvi falar de mim...

E falo de mim para recordar que, em Viana do Castelo, os primeiros contactos com a política se tinham nas aulas de História e, no último ano de liceu, na Cadeira de Organização Política e Administrativa da Nação, nome pomposo onde se falava da Constituição de 1936, acerca da qual, ficávamos logo a saber, nos mentiam descaradamente, quanto às mais ínfimas mas indispensáveis liberdades, como por exemplo as de reunião, de domicílio e de correspondência.

Para recordar que, como os outros milhares de vianenses, esperei em vão pela chegada do General Humberto Delgado, cuja entrada na cidade foi proibida...

Para recordar, com algum gozo, confesso, que também tive textos cortados pelo pouco inteligente lápis azul da Censura, ainda estudante, mero escritor de rúbulas para Saraus Académicos...

Mas os primeiros acontecimentos políticos que realmente me marcaram, conheci-os pela audição, nas madrugadas, da Voz da Liberdade, transmitida pela Rádio Argel, nos idos anos 65.

Recordo, ainda, a estúpida e humilhante declaração anticomunista e anti mais não sei o quê, exigida na minha tomada de posse de Aspirante de Finanças. Recordo, como exemplos dum poder que tinha tanto de possidónio e retrógrado, como de vingativo e repressivo, que as mulheres eram cidadãs de segunda: não podiam votar, não podiam sair para o estrangeiro, as enfermeiras e hospedeiras da TAP não podiam casar!

E como não podia deixar de acontecer a um qualquer jovem da minha geração, recordo-me das Caldas da Rainha, Tavira, Lamego e mais não sei quantos quartéis, até ir para a Guiné em 1969. Não, não vou falar de guerra, porque tenho a consciência de não a ter feito, apesar de lá ter estado. Tenho consciência, sim, de nos perguntarmos o que estávamos lá a fazer. E de passarmos as húmidas e quentes noites do Cacheu e de Bula a tentar imitar o Adriano a cantar Manuel Alegre, que me permito, agora, citar, até pela infeliz actualidade dos 40 anos dos seus versos: “ Pergunto ao Vento que Passa/ Notícias do meu país/ E o Vento cala a desgraça/ o Vento nada me diz...” E a partir daqui, continuar com a música e os versos prenhes de política e prenunciadores de revolução, ouvidos em 1971, baixinho e em segredo, em casa de meu irmão, logo aí percebendo porque que é que o álbum “Cantigas de Maio” estava proibido...É que o Zeca, seguramente sem ter consciência disso, tinha escrito a Senha e o Hino para a Revolução que, tal como o fruto maduro, estava pronta a ser colhida. A força política de “Grândola Vila Morena” – em que os passos do “cante” Alentejano faziam recordar os dos resistentes franceses, imortalizados no “Chant des Partisans” iria transformar-se num Hino à Nação, em que a terra alentejana, da fraternidade, pela ordem do Povo, era convertida em cidade...nada mais que a Polis da democracia que os Gregos nos deixaram como legado.

Nunca me pediram segredo, e por isso recordo agora, e pela primeira vez o faço em público, que rejeitei com veemência o convite que me foi feito em 72 ou 73, para o lugar de Vice-Presidente da Câmara de Valença. Sim, porque talvez muitos de vós não saibam, que os cargos autárquicos eram de nomeação e atribuição arbitrária... que é isso de eleições?!

Onde eu já vou !?...

Falemos então do 25 de Abril de 1974...

09:00 Horas da manhã, dirijo-me para o Escritório no 1º andar da Alfândega.

Um motorista galego que me apresentava os documentos da mercadoria, pergunta-me se pode fazer o despacho e seguir para Lisboa. Achei a pergunta disparatada e disse-lhe, porque não havias de poder?

-É que parece que há uma Revolução em Lisboa...

Uma corrida até ao carro e o som de marchas militares na Rádio fizeram-me perceber imediatamente que alguma coisa de grave se passava, afinal.

A Fronteira ainda se manteve aberta por mais uma ou duas horas mas a presença do CMDT da G Fiscal a assumir o comando da situação, logo a encerrou. A DGS nada nos dizia e a rádio esporadicamente repetia os poucos comunicados do MFA. Com a minha mulher em Lisboa, e com a qual não podia contactar por sobrecarga ou corte de linhas, logo fui apanhar o “foguetete” que saiu do Porto às 19:00 – era quase um comboio militar e só não era o da Liberdade porque os passageiros eram outros...

Depressa o Sol radioso da Revolução se foi cobrindo de nuvens; começaram os pequenos e grandes golpes e golpadas, os oportunismos e a “caça às bruxas”, agora de sinais inquietantemente contrários. Portugal esteve à beira da guerra civil no período conhecido como “verão quente” de 1975 tais as loucuras cometidas, os arrebatamentos e a sofreguidão com que se sorviam os primeiros perfumes e sabores da Liberdade.

Finalmente conseguiu-se votar a Constituição possível em 1976 (30 anos há 20 dias), depois revista em 1982 e 1989. No entanto, faltam cumprir-se alguns dos seus preceitos – gratuidade da saúde e da educação, regionalização...

Não é das melhores, é um pouco demagógica mas nela convergem as diferenças de opinião dos diversos sectores políticos do país.

Já me alonguei e abusei da vossa paciência mas tinha de partilhar estas recordações convosco e que, de certeza, são muito semelhantes às recordações de muitos de vós.

Deixem-me só, antes de terminar, falar-vos das razões que me trouxeram, de novo e recentemente, à política activa: o gostar de servir os outros, a minha terra e o meu país. Sem mais interesses. Só isso.

E por isso, e só por isso, sinto-me com autoridade moral para reprovar com veemência democrática, os comportamento menos correctos, de autarcas, governantes, deputados e dirigentes políticos, a que assistimos, cada vez em maior número e cada vez com gravidade maior, a que corresponde, quase sempre, maior desfaçatez. Se cada um de nós se mantiver firme nas suas convicções e vertical na sua postura cívica, o campo em que os desonestos semeiam, nunca será fértil.

*Mas porque acho que o saldo destes 32 anos é muito positivo, termino, explicando que as minhas comemorações de 25 de Abril em anos anteriores têm vindo a ser feitas no Alentejo, aproveitando a coincidência do Feriado com a festa de S. Marcos, da aldeia natal de minha mulher. Mas lá, como cá, e como gostaria que fosse verdade em todo o país, se dão vivas, que agora repito:
VIVA A REVOLUÇÃO DE ABRIL VIVA VALENÇA VIVA PORTUGAL.”*

José Nogueira, líder do Grupo Municipal do PS, após saudação protocolar, disse:
“Democracia. Paz.

Eis os grandes sinónimos do 25 de Abril.

A comemoração da data maior da nossa história contemporânea vale, não só pela enorme carga simbólica que a envolve, como pela nova realidade política, social, económica e cultural a que deu azo.

Na verdade, após 1974, muito mudou em Portugal e a um ritmo deveras frenético.

Á estagnação vivida nos 48 anos anteriores (regime de ditadura militar de 1926 a 1932 e com o denominado “Estado Novo”, de 1933 em diante) sucedeu, na sequência da “Revolução dos Cravos”, um país diferente, senão irreconhecível.

O “Portugal Amordaçado”, silencioso porque silenciado, deu lugar a um país livre, respeitador das pessoas e dos direitos humanos, prestigiado no Mundo.

Aos 13 anos de guerras coloniais, sem esperança nem horizontes, sobreveio a descolonização, a paz e as intervenções humanitárias e fraternas em países desavindos e/ou carecidos de ajuda.

A economia corporativa, fechada e monopolista, desagregou-se, emergindo, em sua substituição, uma economia aberta, de mercado e ‘livre concorrência’.

A integração de pleno direito no seio da União Europeia conduziu a um desenvolvimento acelerado ao nível de infra-estruturas e de mentalidades competitivas.

Surgiu um pujante e reivindicativo poder local e um novo relacionamento ao nível cidadão / administração.

Portugal institucionalizou uma democracia avançada e participativa, baseada na alternância democrática, na divisão e interdependência dos poderes, no pluralismo democrático e sindical, no laicismo e na livre associação de cidadãos, sem perseguições e prisões políticas ou menosprezo pela afirmação e realização individual e colectiva.

No plano internacional Portugal foi chamado a cumprir o seu destino: na União Europeia, na ONU, na OTAN, na CPLP, na Comunidade Ibero-Americana e em múltiplas outras organizações e entidades, sem exclusão, vetos ou restrições.

Portugal, aliando estabilidade política a um relativo bem-estar do seu povo, é hoje um país privilegiado, aberto à cultura, ao diálogo, à modernidade e ao progresso científico e tecnológico.

As Forças Armadas, com o apoio popular, souberam criar e honrar o nosso destino, satisfazendo aspirações mais que latentes na luta pela institucionalização da democracia, da liberdade, da igualdade e da paz. Primeiro no 25 de Abril mas, depois e também, aquando das derivas extremistas do 11 de Março e do 25 de Novembro de 1975 (“Verão Quente”): o de, como sobredito, construir e consolidar uma sociedade pluralista, democrática, pacifista, mais justa e sem quaisquer restrições de liberdades.

Liberdades que permitiram, inclusive, que uns tantos pretendessem retirar o “R” à Revolução dos Cravos e que outros, poucos, acintosamente deliberassem não comemorar, este ano, o 25 de Abril!

O contrato político então firmado entre o MFA e o povo português deve, merece e tem ser recordado e celebrado, não só porque, na sua essência, usufruído todos os dias, como por assumido e integrado, em consciência e em plenitude, nas nossas vidas.

Há quem pretenda esquecer ou, pelo menos, não relembrar a fome, a miséria, a guerra, a tortura, a opressão, as atrocidades e os atropelos aos corpos e fazendas dos portugueses e dos, igualmente martirizados, povos irmãos “das ex colónias”. Destarte, reescrever a história – ao bom, mas desajustado e deposto, estilo ditatorial.

Os actos ficam com quem os pratica (assim como a baixa política – a da intriga, a das perseguições e da permanente busca de conflitos, ainda que disfarçadas sob a capa de nobres motivos – e a caça às bruxas – esquecendo as marionetas, os fantasmas, os esqueletos e os cadáveres do próprio sótão. Ironicamente sempre por aqueles que, sem o 25 de Abril, nada ou coisa nenhuma seriam...). Desses, dos que confundem e pretendem fazer confundir “o trigo com o joio”, a história não fará menção.

Mas, este é um dia de prenhes alegria.

O Partido Socialista, como sempre na primeira linha de combate pela aquisição e consolidação dos direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana e da sua inserção e valorização societária, promove e associa-se à comemoração – ao relembrar e reafirmar o significado – desta data ímpar.

Pelos valores e ideais que intrinsecamente encerrou e encerra e pelo que de bom representou e representa – paz, liberdade, igualdade, desenvolvimento, justiça social, fraternidade e solidariedade. Ou seja, democracia participada e participativa.

Os acontecimentos político-sociais só persistem na memória colectiva positiva quando mobilizam sinergias e activam estados de ânimo vinculantes.

Daí que: 25 de Abril... sempre!

Viva o 25 de Abril.

Viva Portugal.”

O Presidente da Câmara Municipal, José Luís Serra, após saudação protocolar, disse: “*Celebramos, hoje, os 32 anos da revolução dos cravos.*

Infelizmente, este ano, em Valença, as celebrações não vão ter a envolvimento de outros tempos.

Lamento o facto de, pela segunda vez, na história concelhia, não ter surgido nenhuma comissão para as comemorações, de forma a celebrarmos este dia com a dignidade que o mesmo merece.

Comemorar Abril não se faz por decreto e estipulando um feriado que a generalidade da população, infelizmente, apenas o interpreta como um dia de descanso e não como um momento para reviver, reflectir e comemorar a revolução de Abril.

Para estar aqui hoje e não deixar em branco este dia, mais uma vez valeu a prontidão das forças políticas valencianas eleitas.

Mas algo tem que ser feito.

O tradicional espírito português leva-nos a pensar no proveito e no lazer que podemos tirar deste dia de descanso e a esquecer os deveres pátrios. Esta é a realidade pura e crua. Este é um sentimento que não é novo e infelizmente é um dos graves problemas deste país o pensarmos sempre e em cada momento naquilo que o estado pode fazer por nós e muito pouco, salvo raras e honrosas exceções, naquilo que podemos fazer pelo nosso país.

A revolução de Abril foi um momento especial na história da vida de cada português que ansiava pela liberdade e colectivamente na reimplantação da democracia.

32 anos volvidos o tempo foi esmorecendo a memória do antes e do depois.

Hoje, as novas gerações, nascidas e criadas na pos-revolução tem muita dificuldade em perceber o alcance da transição e a comparação entre os dois momentos da nossa história. O que

naturalmente os distancia do sentido comemorativo deste dia. Mais grave, ainda, é o distanciamento de quem presenciou esses momentos e, hoje, esquece este dia, perdendo-se assim uma importante oportunidade de transmissão da verdade histórica em voz directa e de valores às novas gerações. Uma situação a que a classe política não pode fugir com as responsabilidades.

Celebrar Abril, hoje, não se justifica só e apenas pelo mero acto comemorativo protocolar, pomposo e às vezes de absoluto tédio em que caíram as comemorações.

Celebrar Abril justifica-se pelo espírito, pela participação popular, pelo relembrar os momentos de luta por uma causa, dos sacrifícios que às vezes é necessário fazer para conquistar um presente com mais dignidade e um futuro melhor, com mais esperança.

Não deixar cair este dia cabe a cada português, mas obriga a uma grande responsabilidade da classe política de inovar, de ser dinâmica e de projectar para os nossos dias este momento histórico. É necessário proporcionar as situações e motivar as pessoas para um papel activo, participativo na causa pública.

A política não é um posto é um serviço de pessoas empenhadas numa causa pública que, a cada momento, deve exigir a participação activa dos públicos. Exercer política distanciado das pessoas, das suas vontades, dos seus anseios e da realidade presente é seguir o caminho do obscurantismo. Precisamente um dos grandes factores que motivaram Abril.

Não podemos ficar impávidos e serenos; nós eleitos temos responsabilidades, nas Câmaras, Assembleias de Município ou de freguesia ou nos mais altos cargos da nação. Cabe-nos a nós a importante tarefa de sermos capazes de motivar a sociedade e de não andarmos a reboque muito satisfeitos nas nossas poltronas.

Os tempos mudam, as sociedades, hoje, transformam-se a um ritmo alucinante e temos que acompanhar os tempos que correm e encontrar respostas aos novos desafios.

A Revolução dos Cravos abriu Portugal para o mundo e proporcionou a liberdade aos povos ostracizados das ex-colónias.

Durante muitos anos sentimos este espírito presente e familiar.

O “conforto” proporcionado pela abertura do país e pela liberdade, até certo ponto, acomodou-nos e desmotivou-nos para a luta por grandes causas.

Gostaria de deixar aqui, a cada um, uma mensagem. Lutem por uma sociedade melhor, acreditem nas grandes causas, acreditem que é possível proporcionar mais esperança às pessoas. Esta é uma tarefa de todos, as que cada eleito deve interpretar como uma missão especial de dever cívico.

Por um país com esperança e com futuro.

Viva Abril!

Viva Portugal!

O Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Gama, disse: *“Ao renovar-vos as minhas saudações, neste dia da Liberdade em que evocamos a data fundadora do nosso regime democrático, quero partilhar convosco e, na vossa presença, com os valencianos, a minha reflexão sobre o momento presente.*

Há dias, li estas palavras: “todas as revoluções, no fim, passam da euforia à desilusão. Numa atmosfera revolucionária de solidariedade e autosacrifício, as pessoas tendem a pensar que, quando a sua vitória é completa, o paraíso na Terra é inevitável. Claro que o paraíso nunca chega e, naturalmente, surge o desapontamento.” São palavras de Vaclav Havel, sobre as quais meditamos, em exercício de comparação com o resultado da nossa revolução dos cravos, e, desde logo, rejeitamos a generalização feita pelo ex-presidente da República Checa. E rejeitámo-la, porque a vitória de Abril, sendo obviamente muito importante, não é em si mesma a vitória completa, antes é aquele primeiro triunfo absolutamente indispensável para definirmos e trilharmos um longo caminho vitorioso. Convém aqui não esquecer que basicamente o vocábulo revolução designa “o corpo doutrinário coerente estabelecido a partir das ideias de evolução e progresso, e da necessidade de as formular como sequências com sentido” com o objectivo nuclear e permanente de agir para que ocorra a passagem do imperfeito para o perfeito. Assim, o Portugal saído de Abril abriu mesmo as portas do paraíso e, pese embora todas as vicissitudes, a ilusão de todos os dias o conquistar um pouco mais continua instalada no grande coração lusitano.

É que os ventos de liberdade, soprados pelos capitães de Abril, abriram as portas e as janelas da nossa casa comum, sinistramente fechada há quarenta anos, e rapidamente começaram a eliminar os odores bafientos e os bolores nefastos que sufocavam e adoeciam os portugueses. Nas suas principais divisões pôde-se então entrar e circular, respirando ar finalmente purificado pela democracia, logo após guiados e protegidos pela vibrante luz de uma Constituição que, no seu preâmbulo, a todos recorda que “a 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo

português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista, iniciando uma viragem histórica da sociedade portuguesa.”

Foi seguramente uma etapa esplendorosa, de justificada e prolongada euforia, mas que, volvidos trinta e dois anos, não deu, não dará nunca lugar à desilusão; bem pelo contrário, dela emanam as essências que mantêm bem viva e reforçada a determinação que há-de conduzir-nos àquele momento definitivamente glorioso de levar o ar purificador ao sótão e à cave desta grande casa de todos nós, o nosso Portugal amado, que tais divisões mais recônditas também tem.

É nossa a responsabilidade e a obrigação de contribuir para a manutenção e dispersão dessa inebriante fragrância dos vermelhos cravos de Abril, tendo em vista a permanente construção de um país cada vez mais livre, mais justo e mais fraterno.

É certo que o relógio da actualidade marca uma hora que, como todos reconhecemos, se apresenta particularmente difícil, sumamente complexa e extraordinariamente exigente.

***Difícil**, porque o quadro económico-financeiro do país mostra, nos seus vários indicadores, estarmos em tempo de forte restrição, de fraco crescimento, de cortes de benefícios, de perda de privilégios; **complexa**, porque sujeitos à disciplina da União que integramos e, na nossa pequena dimensão de economia aberta, muito vulneráveis aos efeitos da galopante globalização; **exigente**, porque, recusando sucumbir e aceitando os sacrifícios que nos estão a ser pedidos pelos governantes, teremos todos que dar empenhadamente o melhor que cada um tem para retomar um ritmo de crescimento consentâneo com a média dos nossos parceiros europeus.*

Tal como um dia disse Jorge Sampaio, “É nos momentos difíceis que devemos recusar a facilidade. É nos momentos de desafio que o pessimismo e o fatalismo têm de ser contrariados, quer nas suas faces mais tradicionais, as da resignação e da desistência, quer nas suas faces mais perversas, que são as da desresponsabilização, da incúria, da inércia, do incumprimento e do laxismo”. Com efeito, é nos momentos de encruzilhada, como este que se nos apresenta, que é preciso ter a coragem de escolher o caminho, de afirmar responsabilidades, de agir conseqüentemente, de ir ao fundo dos problemas para os enfrentar e resolver, abandonando de vez aquela atitude que nos leva a falar muito das dificuldades, como se, em vez de falar delas, não tivéssemos o dever de as ultrapassar. De nós, autarcas, o povo espera exemplo, referência, acção, obra; porque ele está farto de lérias, não demos ao povo razões para que nos diga, naquele estilo Barboni, deliciosamente sarcástico, “cantas bem, mas não me alegras!”

*Sobre nós, que integramos os órgãos da administração municipal, recai uma enorme responsabilidade, porque a eficiência da gestão autárquica é reconhecidamente quota-parte indispensável para que o país retome as sendas do progresso. Sinceramente, creio que é muito positivo o exemplo de Valença: na verdade, a nossa terra vem enfrentando serenamente os desafios, e luta, e vence dificuldades de toda a ordem, e avança, e progride, e mantêm-se atenta ao social, é solidária, mantêm viva a esperança. O empenho e o esforço colectivos fazem de Valença uma boa terra no presente e auguram uma Valença de futuro promissor. Vê-se que a administração municipal mantêm o motor de Abril em bom funcionamento e, não obstante o desconfortável ruído de recentes “raters”, estou convencido de que a sensatez, a prudência, a elegância política e, sobretudo, uma ampla e assumida dimensão moral prontamente voltarão a pôr em evidência aquilo que, no exercício responsável da Liberdade e na correcta interpretação dos limites ao exercício dos papéis que a cada um cabem, deve ser **o bem a-fazer e o mal a-evitar**.*

Quero aproveitar esta oportunidade para referir que o quadro municipal e o figurino intermunicipal em vigor constituem as instâncias jurídico-administrativas da descentralização, a meu ver manifestamente insuficientes e inadequadas para responder às novas questões da coesão e competitividade dos territórios. O próprio Governo da nação tem consciência de que assim é, e espera-se que, a breve prazo, haja produção legislativa no sentido de criar novos quadros de aglomeração e integração de municípios, que signifiquem definitivamente a ruptura com modos de actuação em que se privilegia o curto prazo em detrimento do desenvolvimento sustentável, a competição com o vizinho em desfavor da cooperação, a consolidação do poder em prejuízo da assunção de maior dimensão e da abertura à inovação, à criatividade e à partilha.

Penso mesmo que, todos nós, nesta matéria, desejamos ardentemente que não tarde o dia em que pelo menos possamos ver fundidas as Comunidades Intermunicipais dos Vales do Lima e do Minho, com o ganho de novas competências que permitam intervenções melhoradas nos domínios da saúde, do emprego, dos transportes, do desporto, da educação, da cultura e tantos outros, garantindo, isso sim, o princípio da igualdade de oportunidades em moldura de rigorosa equidade territorial, ao mesmo tempo que se promova a melhoria da articulação entre os diversos níveis de competências territoriais através de uma eficaz descentralização administrativa, que a todo o custo importa materializar.

Senhoras e senhores deputados, senhor presidente e senhores membros do Executivo Municipal:

Todos sabemos que estar decididamente comprometido com o espírito de Abril é participar activamente na defesa dos direitos fundamentais, é lutar, no nosso dia a dia, pela excelência da

Assembleia Municipal – Acta nº.5
Sessão Extraordinária de 25 de Abril de 2006

democracia, do direito, da justiça social, da solidariedade, da igualdade. Somos agentes do Poder Local Democrático, o mais importante de todos os poderes dada a sua imediata proximidade aos cidadãos que nos elegeram para os representar, e Poder só possível porque em 74 sucedeu o Abril libertador. Continuemos, pois, a dignificá-lo, continuando a dar o melhor do nosso esforço, do nosso empenho e da nossa inteligência, para que ao conjunto dos nossos concidadãos, sobretudo os mais desfavorecidos, possa ir chegando sempre mais um pedacinho desse paraíso que os cravos vermelhos nos anunciaram há trinta e dois anos atrás.

Antes de terminar, gostaria de vos dizer que, enquanto presidir ao órgão deliberativo de Valença, a nossa terra não deixará nunca de assinalar e comemorar a histórica data do 25 de Abril, mesmo que através duma singela sessão extraordinária como esta, convocada, diga-se em abono da verdade, em total sintonia com o senhor presidente da Câmara. No entanto, o nosso desiderato profundo é o de que a comunidade valenciana possa retomar o figurino que vigorou até há dois anos atrás, reactivando a Comissão Promotora das Comemorações de Abril, porventura agora como delegação da Associação Nacional do 25 de Abril, a qual nos habituara a programas bem mais completos e aliciantes, suscitadores da participação dos valencianos e culminando num Jantar Festivo que, como era tradição, congregue uma multidão de lutadores infatigáveis apostados em insuflar energias renovadas na prossecução permanente dos objectivos emanados da Revolução de Abril, cujo 32º aniversário estamos aqui a assinalar e a comemorar com aquela convicção suprema de amantes da Liberdade.

*Em nome de todos nós, ainda uma palavra de recordação amiga e muito solidária para o vice-presidente da Câmara, senhor **Manuel Domingues**, a quem desejamos uma rápida e eficaz convalescença após a delicada intervenção cirúrgica a que foi sujeito e, em nome de todos nós também, um sincero agradecimento à **União Columbófila de Valença**, à **Associação Cultural de Verdoejo** e à **ETAP**, cuja prestimosa e brilhante colaboração nos actos de hoje muito contribuiu para sublinhar o simbolismo de Abril.*

Muito obrigado a V. Exas. e Viva o 25 de Abril, Viva a Liberdade, Viva Valença, Viva Portugal.”

Logo após, o **Presidente da Mesa** convidou todos os presentes a deslocarem-se à Rua 25 de Abril, a fim de colocarem na respectiva placa toponímica uma coroa de cravos, e, encerrou os trabalhos, eram 11h55m.

Para constar, e para os devidos efeitos legais, se lavrou a presente acta, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Jorge Gama**, e pela 1ª Secretária, **Anabela de Jesus Sousa Rodrigues**.

O Presidente da Mesa,

A 1ª Secretária,
